



Extração mineral – Documentos necessários para solicitação de Licença Prévia

Atenção:

A lista dos documentos a serem entregues, bem como o formulário de solicitação serão gerados pelo [Portal do Licenciamento Ambiental - PLA](#) ao final do seu preenchimento.

Abaixo estão os documentos básicos para esta solicitação, outros documentos poderão ser solicitados em função das características da sua solicitação.

I. Documentação necessária

1. Impresso denominado "Solicitação de" - devidamente preenchido e assinado

2. Procuração: quando for o caso de terceiros representando a empresa, apresentar o documento assinado pelo responsável da empresa ([modelo de Procuração](#)).

3. Cópia do contrato social, registrado na Junta Comercial do Estado – JUCESP (exceto para empresas recém constituídas).

Obs.: Em caso de alteração de endereço (transferência da empresa para outro imóvel) ou alteração de atividade (alteração de atividade no mesmo imóvel), poderá ser apresentada uma minuta da alteração contratual que será registrada na JUCESP, acompanhada de cópia do contrato social anterior registrado na JUCESP. Por ocasião da análise do pedido de Licença de Operação, deverá ser apresentada a cópia da alteração contratual registrada na JUCESP.

4. Matrícula(s) do imóvel ocupado pelo empreendimento.

Observação: Se o empreendimento estiver em área rural:

- cópias de todas as matrículas relacionadas no CAR; e
- resumo impresso do registro no SICAR/SP, com a indicação das áreas cobertas por vegetação nativa;

5. Certidão ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis (no caso detentor do título minerário ser o proprietário da área) ou anuência do proprietário do solo onde se localizar o empreendimento.

6. Certidão da Prefeitura Municipal Local Certidão de uso e ocupação do solo emitida pela Prefeitura Municipal, com prazo de validade. Na hipótese de não constar prazo de validade, será aceita certidão emitida até 180 dias antes da data do pedido da licença;

OBS: Está suspensa, temporariamente, a exigibilidade de apresentação da certidão municipal de uso e ocupação do solo para processos de licenciamento ambiental de empreendimentos situados no Município de São Paulo, exceto aqueles localizados em Área de Proteção aos Mananciais.

7. Manifestação do órgão ambiental municipal Manifestação do órgão ambiental municipal, nos termos do disposto na Resolução SMA nº 22/2009, artigo 5º, e na Resolução CONAMA 237/97, artigo 5º, emitida, no máximo, até 180 dias antes da data do pedido de licença. Na impossibilidade de emissão dessa manifestação, a Prefeitura



Municipal deverá emitir documento declarando tal impossibilidade, nos termos do disposto no parágrafo 2º do artigo 5º da Resolução SMA nº 22/2009.

Exceção: Município de São Paulo [Clique aqui](#) para saber para quais atividades, a serem instaladas no Município de São Paulo, deve ser apresentada a manifestação do órgão ambiental municipal.

- 8. Para municípios localizados na [Região Metropolitana de São Paulo](#)** (para saber quais são os municípios [clique aqui](#)): Manifestação do órgão ou entidade responsável pelo sistema público de esgotos, contendo o nome da Estação de Tratamento de Esgotos que atenderá o empreendimento a ser licenciado. Caso a estação não esteja implantada, informar em qual fase de implantação se encontra e a data final da implantação.
- 9. Comprovante de Fornecimento de água e coleta de esgotos**
Comprovante de pagamento de taxa de água e esgoto do imóvel ou certidão do órgão responsável por tais serviços, informando se o local é atendido pelas redes de distribuição de água e coleta de esgoto.
- 10. Memorial de Caracterização do Empreendimento – MCE** – 1 via impressa e 1 via em meio eletrônico (disquete ou CD-ROM) Deve ser entregue na versão simplificada ou completa, definida pelo valor do fator de complexidade (W) da atividade. A versão impressa deve ser preenchida integralmente e assinada pelo responsável na última folha, e nas demais rubricadas, dando fé das informações ali prestadas. [Clique aqui](#) para fazer o download do MCE.
- 11. RCA/PCA** – Relatório de Controle (RCA) e Plano de Controle Ambiental (PCA) para extração de substâncias minerais – datado, assinado e acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável técnico devidamente habilitado junto ao conselho de classe. [Clique aqui](#) para obter o roteiro de elaboração
- 12. Comprovação do direito de titularidade para extração mineral**, compatível com o regime de extração minerária, por meio da apresentação de um dos seguintes documentos:
 - I. Minuta de Registro de Licença, quando no Regime de Licenciamento;
 - II. Declaração Julgando Satisfatório o Plano de Aproveitamento Econômico, quando no Regime de Concessão de Lavra;
 - III. Declaração Favorável de Permissão de Lavra Garimpeira, quando no Regime de Permissão de Lavra Garimpeira;
 - IV. Minuta de Registro de Extração, quando no Regime de Extração.

Observação: No caso de Regime de Autorização de Pesquisa Mineral com Guia de Utilização, a solicitação de Licença Prévia será instruída com o Alvará de Pesquisa e Manifestação Favorável à emissão de Guia de Utilização emitidos pelo DNPM e será referente à área total constante do Alvará de Pesquisa.
- 13. [Planta de detalhe de configuração](#)** final constante do Plano de Aproveitamento Econômico ou do Memorial Explicativo, autenticada pelo DNPM. No caso de extração de água mineral, delimitar o perímetro de proteção aprovado pelo DNPM.



14. Plantas conforme modelo – Clique aqui para acessar os modelos

15. Anexar uma cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).
No caso de ampliação, o procedimento será análogo, devendo isto ser indicado através de legenda. (Se estiver em APM apresentar 2 vias)

16. Prova dominial (atualizada em até 180 dias ou conforme prazo de validade definido pelo Cartório de Registro de Imóveis) ou prova de origem possessória;

17. Cópias simples do RG e do CPF para pessoa física, ou cartão do CNPJ para pessoas jurídicas;

18. Cópia do comprovante de quitação da multa e/ou documento de regularização no caso do imóvel a ser licenciado ter sido objeto de Auto de Infração Ambiental;

19. [Planta planialtimétrica do imóvel](#), em 3 vias;

20. Anuência do IPHAN, conforme as situações descritas a seguir:

- Nos casos de empreendimentos classificados como Nível I e II, conforme o Anexo I da IN/IPHAN 01/2015, apresentar a Manifestação Conclusiva do IPHAN acerca da necessidade de assinatura do Termo de Compromisso de Empreendedor – TCE (para nível I) e da apresentação de Projeto de Acompanhamento Arqueológico (para nível II);
- Nos casos de empreendimentos classificados como Nível III, conforme o Anexo I da IN/IPHAN 01/2015, apresentar a Manifestação Conclusiva do IPHAN acerca do Projeto de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais e/ou ao Patrimônio Arqueológico.

21. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) recolhida por profissional legalmente habilitado junto ao conselho de classe profissional para elaboração da Planta Planialtimétrica.

22. Anuência da empresa concessionária/permissionária, se o empreendimento pretenda se instalar próximo a rodovias e lançar suas águas pluviais na faixa de domínio dessas rodovias.

23. Publicações relativas à solicitação de Licença, no Diário Oficial do Estado e em um periódico local, em atendimento às Resoluções CONAMA nºs 006/1986 e 281/2001, [conforme modelo](#).

Observações:

Somente serão aceitas publicações com data igual ou superior à data de finalização do pedido de licença no Portal de Licenciamento Ambiental - PLA, isto é, com data igual ou superior à data impressa no documento "Solicitação De" - SD, gerado no PLA.

Caso sejam apresentadas cópias eletrônicas de publicações no Diário Oficial do Estado (D.O.E), somente serão aceitas as publicações acompanhadas do Número do Ticket (cada requerente de publicação, que pode ser pessoa física ou jurídica, possui um



Número de Ticket exclusivo).

Para publicações impressas em jornal periódico local, somente serão aceitas as publicações originais ou cópias acompanhadas do original, para conferência. Não serão aceitas partes, recortes ou montagens.

24. Para solicitações em área rural a documentação abaixo também deverá ser entregue:

- Matrícula do imóvel contendo a averbação da Reserva Legal, ou;
- Documentação necessária para instituição da Reserva Legal (planta planialtimétrica georeferenciada contendo demarcação do perímetro da Reserva Legal, ART do responsável técnico e registro da propriedade no SICAR)

II. Ação complementar quando houver supressão de vegetação ou intervenção em área de preservação permanente

Solicitar a devida autorização através do [Portal de Licenciamento Ambiental](#), a lista de documentos a ser apresentada será gerada pelo PLA ao final do preenchimento da solicitação.

Para obter a lista de documentos orientativa, [clique aqui](#).

III. Ação complementar quando o empreendimento estiver em Área de Proteção de Mananciais.

Solicitar o Alvará no [Portal de Licenciamento Ambiental - PLA](#)

Observação: A documentação necessária a ser entregue será apresentada ao final do preenchimento de sua solicitação no PLA.

IV. Informações adicionais

- Todos os documentos que forem apresentados em cópias xerográficas deverão ser apresentados em conjunto com o original para conferência.
- Todos os documentos, quando não for especificado, devem ser apresentados em uma via.
- A CETESB se reserva o direito de exigir complementação de informações a qualquer momento da análise do processo.